



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RELATÓRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITORIA

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS

Unidade:	Universidade Federal do Ceará
Setor:	Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD
Responsável pelo Setor:	Felipe Braga Albuquerque

Processo:	Gestão da Corregedoria
Subprocesso:	Ilícitos Administrativos Disciplinares

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

Manual Prático em Gestão de Riscos de Ilícitos Disciplinares da CGU; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFC); Plano de Gestão de Riscos (PGR/ UFC).

DESCRIÇÃO DO SETOR:

A CPPAD é uma unidade setorial de correção instituída, vinculada ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, nos termos do Decreto nº 5.480/2005, e órgão de assessoramento da Reitoria. Criada pela Resolução nº 63/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017 e atualmente regulamentada pela Resolução nº 47/CONSUNI, de 14 de dezembro de 2023, atua com autonomia e independência, garantindo a imparcialidade, integridade e legalidade das atividades disciplinares no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Sua principal atribuição é a prevenção, detecção e apuração de irregularidades disciplinares e administrativas praticadas por servidores públicos no âmbito da UFC.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS:

OE5 - Aprimorar a governança e a comunicação institucional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Garantir o pleno exercício da atividade correccional na Universidade; Supervisionar condutas irregulares de servidores.

Link (site ou documento eletrônico compartilhado) com o fluxo do processo:

Vide: [Portfólio de Processos da CPPAD](#)

FLUXO DO PROCESSO (quando ainda não existir fluxo institucional publicado)

Etapa	Atividade	Setor
01	Fluxos constantes nos links acima	CPPAD

Servidores participantes:	Carlos Henrique de Sousa Vasconcelos e Felipe Braga Albuquerque
Funções:	Secretário e Presidente da CPPAD/UFC
Subprocesso:	Ilícitos Administrativos Disciplinares
Método para identificação dos riscos:	Análise SWOT

IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Categorias dos eventos de risco: Estratégico; Financeiros/Orçamentários; Operacionais; Legal/ de conformidade; Imagem/Reputação; Integridade.

ID	Risco	Tipo de Risco	Categoria	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Classificação
R#1	Sobrecarga de trabalho e insuficiência de pessoal	Ameaça	Operacionais	Aumento das demandas sem ampliação da equipe; dificuldades na designação de servidores para comissões	Atraso na tramitação de processos; risco de prescrição; queda na qualidade das análises	8	8	64	Alto
R#2	Falta de capacitação contínua dos servidores da Corregedoria e das comissões processantes	Ameaça	Operacionais	Limitação de orçamento para treinamentos; ausência de programas internos de capacitação.	Erros formais e materiais em processos; maior chance de nulidades e reversões	5	5	25	Médio
R#3	Baixa padronização de fluxos e procedimentos internos	Ameaça	Legal	Falta de normativos internos atualizados e de guias operacionais	Inconsistências na condução dos processos e maior risco de decisões desalinhadas à legislação	1	2	2	Baixo
R#4	Dificuldade na disseminação da cultura de integridade e prevenção de ilícitos	Ameaça	Operacionais	Ausência de programas educativos sistemáticos e comunicação ineficaz com a comunidade acadêmica	Maior incidência de ilícitos disciplinares por desconhecimento de normas	2	5	10	Médio
R#5	Desafios no equilíbrio entre transparência e sigilo processual	Ameaça	Imagem	Conflito entre os princípios da publicidade e proteção de dados sensíveis	Risco de exposição indevida de informações sigilosas e descumprimento da LGPD	1	5	5	Baixo
R#6	Prescrição de prazos processuais	Ameaça	Imagem	Falha no monitoramento dos prazos; atraso na instauração e tramitação dos processos	Extinção da punibilidade, enfraquecimento da autoridade disciplinar da instituição	1	8	8	Baixo
R#7	Inconsistência na fundamentação das decisões disciplinares	Ameaça	Operacionais	Falta de análise aprofundada de provas; deficiência na qualificação técnica das comissões processantes	Nulidade de processos, reversão judicial de penalidades aplicadas	1	8	8	Baixo
R#8	Conflito de interesse na atuação de membros das comissões	Ameaça	Integridade	Designação de servidores sem critérios objetivos ou com proximidade com os envolvidos	Fragilidade na imparcialidade das decisões; questionamento sobre a legitimidade das punições	1	8	8	Baixo
R#9	Falta de adesão às diretrizes da CGU e normativos internos	Ameaça	Operacionais	Atualizações normativas não disseminadas adequadamente para a equipe	Desalinhamento da atuação correcional; risco de recomendações corretivas por órgãos de controle	1	2	2	Baixo
R#10	Baixa efetividade das medidas sancionatórias	Ameaça	Integridade	Penalidades brandas ou ineficazes; reincidência de condutas ilícitas	Desmotivação de servidores corretos; aumento da impunidade institucional	2	2	4	Baixo
R#11	Interferências externas na condução dos processos	Ameaça	Imagem	Pressões institucionais ou políticas sobre as comissões disciplinares	Comprometimento da imparcialidade e credibilidade da Corregedoria	1	8	8	Baixo

R#12	Inadequação no tratamento de denúncias recebidas	Ameaça	Operacionais	Falta de critérios técnicos na triagem de denúncias; falhas na comunicação com a Ouvidoria	Arquivamento indevido de denúncias relevantes ou instauração de processos sem justa causa	2	2	4	Baixo
R#13	Uso indevido de informações sigilosas	Ameaça	Imagem	Vazamento de documentos; exposição de dados sigilosos dos envolvidos	Danos à imagem da instituição; responsabilização por descumprimento da LGPD	1	5	5	Baixo
R#14	Falta de monitoramento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)	Ameaça	Operacionais	Ausência de controle interno para verificar o cumprimento das obrigações assumidas nos TACs	Descumprimento de medidas corretivas; impunidade; reincidência de condutas irregulares	5	2	10	Médio
R#15	Baixa efetividade da Investigação Preliminar Sumária (IPS)	Ameaça	Operacionais	Falta de metodologias de apuração estruturadas; ausência de capacitação específica para investigação preliminar	Investigações superficiais; perda de provas; inviabilidade de instauração de PAD	1	2	2	Baixo
R#16	Baixa efetividade na condução do Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	Ameaça	Operacionais	Falta de capacitação das comissões processantes; ausência de normativos internos claros; demora na tramitação	Risco de nulidade processual; prescrição de prazos; aumento da sensação de impunidade	2	2	4	Baixo
R#17	Falhas na elaboração do relatório final do PAD	Ameaça	Operacionais	Fundamentação insuficiente ou inadequada; análise não detalhada das provas; falta de clareza na recomendação de penalidades	Nulidade processual; reversão de penalidades; aumento do risco de judicialização	1	2	2	Baixo
R#18	Inadequação da publicidade dos atos processuais	Ameaça	Imagem	Falta de diretrizes sobre quais informações podem ser divulgadas e em que momento	Exposição indevida dos envolvidos; descumprimento da LGPD; possíveis ações judiciais contra a UFC	1	5	5	Baixo
R#19	Escassez orçamentária	Ameaça	Financeiro	Possíveis cortes no orçamento; falta de repasse de recursos; alocação orçamentária inadequada; baixa prioridade na execução das atividades correccionais	Impacto na implementação de melhorias e na capacitação da equipe	5	8	40	Alto
R#20	Aplicação de sanção disciplinar prescrita	Ameaça	Operacionais	Parecer inconclusivo e morosidade processual	Nulidade do ato; prejuízo ao erário e possíveis ações indenizatórias	1	8	8	Baixo

MATRIZ DE RISCOS (MAPA DE CALOR)

Legenda		IMPACTO				
		Muito Baixo 1	Baixo 2	Médio 5	Alto 8	Muito Alto 10
PROBABILIDADE	Muito Baixo 1		R#15 R#17 R#9 R#3	R#18 R#13 R#5	R#20 R#11 R#8 R#7	

				R#6	
Baixo 2		R#16 R#12 R#10	R#4		
Médio 5		R#14	R#2	R#19	
Alto 8				R#1	
Muito Alto 10					

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES

ID	Risco Prioritário	Risco Inerente	Controles	Eficácia do Controle	Fator de Avaliação	Risco Residual	Nível do Risco Residual
R#1	Sobrecarga de trabalho e insuficiência de pessoal	64	Atuação conjunta com a Administração Superior para reforço de pessoal	Fraco	0,8	51,2	Alto
R#19	Escassez orçamentária	40	Reuniões com a Administração Superior para sensibilizar sobre a importância da Corregedoria na Unidade	Fraco	0,8	32	Médio

RESPOSTA AOS RISCOS RESIDUAIS: (quando houver riscos residuais a serem tratados)

Iniciativa:	Realização de reuniões bimestrais da equipe interna da Corregedoria com o Gabinete da Reitoria para analisar e desenvolver estratégias para eliminar os riscos residuais
Servidores participantes:	Carlos Henrique de Sousa Vasconcelos, Felipe Braga Albuquerque
Unidades:	CPPAD, Gabinete do Reitor
Tratamento de risco:	Compartilhar

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS

Periodicidade de monitoramento:	Semestral
Link da planilha pública de monitoramento da gestão de riscos:	https:// cp pad.ufc.br

Quadro 1 - Escala de probabilidade

Probabilidade	Descrição	Peso
Muito baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Médio	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	8
Muito Alta	Praticamente certo. De forma inequívoca, o evento ocorrerá. As circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	10

Quadro 2 - Escala de Impacto

Impacto	Descrição	Peso
Muito baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem).	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão.	8
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos (Idem), de forma irreversível.	10

Quadro 3 - Classificação do Risco

Classificação	Faixa
Risco Baixo - RB	0 - 9,99
Risco Médio - RM	10 - 39,99
Risco Alto - RA	40 - 79,99
Risco Extremo - RE	80 - 100

Quadro 4 - Fatores de Avaliação dos Controles Internos Existentes

Nível	Descrição	Fator de Avaliação
Inexistente	Controles existentes mal desenhados ou mal implantados, isto é, não funcionais.	1
Fraco	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimentos das pessoas.	0,8
Mediano	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.	0,6
Satisfatório	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.	0,4
Forte	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.	0,2

Fortaleza, 10 de março de 2025

CARLOS HENRIQUE DE SOUSA VASCONCELOS
Secretário da CPPAD/UFC

FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE
Presidente da CPPAD/UFC



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE, Presidente de Comissão**, em 13/03/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE DE SOUSA VASCONCELOS, Secretário(a)**, em 13/03/2025, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5489290** e o código CRC **45F09A5B**.

Referência: Processo nº 23067.011194/2025-66

SEI nº 5489290